



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DE GOIÁS

Diretoria de Controle Interno

PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO (PO)
PO – Emitir Parecer sobre o Relatório Anual de
Contas

Versão nº: 000

12/12/2022

LISTA DE SIGLAS

CI	Controle Interno
PO	Procedimento Operacional Padrão
TCE-GO	Tribunal de Contas do Estado de Goiás
DEIP	Diagrama de Escopo de Interface
MDF	Manual de Demonstrativos Fiscais
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal

SUMÁRIO

1	Cadeia de Valor de Processos de Trabalho	3
1.1	Núcleo de Valor	3
1.2	Macroprocesso	3
1.3	Processo de Trabalho.....	3
2	Responsabilidades.....	3
2.1	Dono do Processo do Trabalho	3
2.2	Emitente(s) do PO	3
2.3	Alcance.....	3
3	Objetivo	3
4	Documentos de Referência.....	3
5	Definições Iniciais	4
6	Diagrama de Escopo de Interface (DEIP)	4
7	Detalhamento do Fluxo Operacional.....	5
7.1	Recebimento do Relatório	5
7.1.1	Receber Relatório Anual de Contas.....	5
7.2	Elaboração do Parecer	5
7.2.1	Emitir Parecer	5
7.3	Encaminhamento do Parecer.....	6
7.3.1	Encaminhar Parecer	6
7.4	Indicadores de verificação	6
7.5	Indicadores de controle.....	6
8	Controle de Registros	6
9	Anexos.....	6
10	Elaboração, Revisão e Aprovação	7

1 Cadeia de Valor de Processos de Trabalho

1.1 Núcleo de Valor

Processos de Gestão (NPG)

1.2 Macroprocesso

Governança, Planejamento e Gestão

1.3 Processo de Trabalho

Controle Interno

2 Responsabilidades

2.1 Dono do Processo do Trabalho

Diretoria de Controle Interno

2.2 Emitente(s) do PO

Diretoria de Controle Interno

2.3 Alcance

Este PO contempla tarefas relativas à Diretoria de Controle Interno do TCE-GO.

3 Objetivo

Este Procedimento Operacional Padrão (PO) tem como objetivo estabelecer os critérios e etapas da emissão do Parecer de Conformidade quanto ao Relatório Anual de Contas, visando a sua padronização.

4 Documentos de Referência

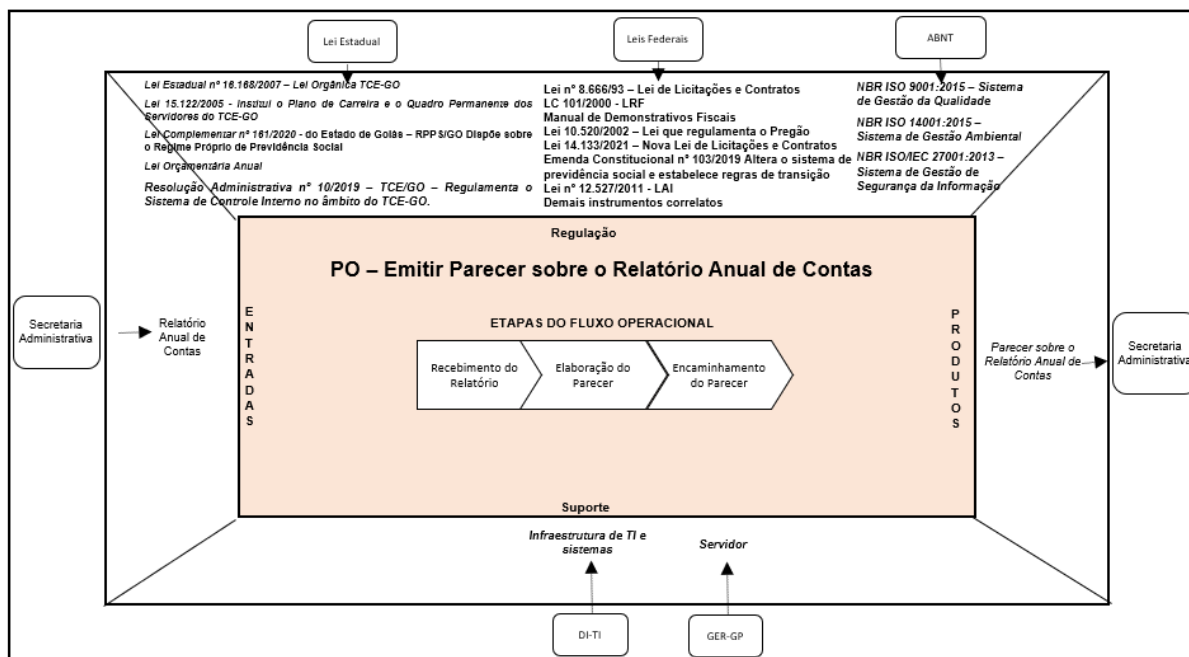
- NBR ISO 9001 – Sistema de Gestão de Qualidade
- NBR ISO 14001 – Sistema de Gestão Ambiental
- NBR ISO 27001 – Sistema de Gestão de Segurança da Informação
- Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF
- Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF
- Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações e Contratos
- Lei Federal nº 10.520/2002 – Lei que regulamenta o Pregão

- Lei Federal nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos
- Emenda Constitucional nº 103/2019 – Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição.
- Lei Federal nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação
- Lei Estadual nº 16.168/2007 – Lei Orgânica TCE-GO
- Lei Estadual nº 15.122/2005 – Institui o Plano de Carreira e o Quadro Permanente dos Servidores do TCE-GO.
- Lei Complementar nº 161/2020 – Dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social no Estado de Goiás.
- Lei Orçamentária Anual
- Resolução Administrativa nº 10/2019 – TCE/GO – Regulamenta o Sistema de Controle Interno no âmbito do TCE-GO.
- E demais instrumentos correlatos.

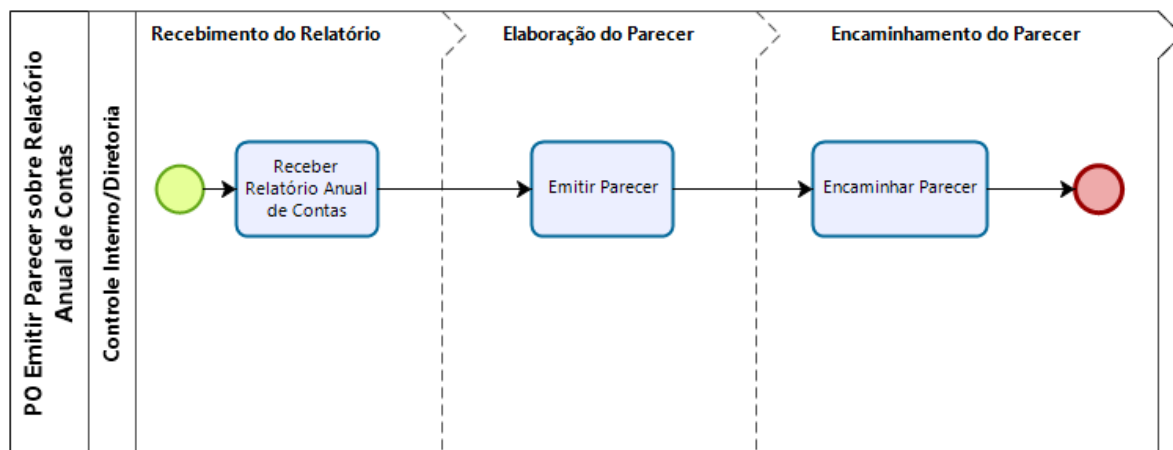
5 Definições Iniciais

- Conformidade: Resultado da verificação dos atos processuais em comparação a normas e padrões.
- Parecer: manifestação especializada sobre determinado assunto.
- Relatório Anual de Contas: trata-se de relatório de prestação de contas a ser encaminhado à Assembleia Legislativa, conforme art. 15 da Lei 16.168/2007 - Lei Orgânica do TCE/GO.

6 Diagrama de Escopo de Interface (DEIP)



Fluxo Operacional



Powered by
bizagi
Modeler

O Fluxograma deste PO encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico:
<https://portal.tce.go.gov.br/informacao-documentada>.

7 Detalhamento do Fluxo Operacional

7.1 Recebimento do Relatório

7.1.1 Receber Relatório Anual de Contas

Anualmente a Diretoria de Controle Interno recebe o Relatório Anual de Contas por meio eletrônico (e-mail institucional) encaminhado pela Secretaria Administrativa.

7.2 Elaboração do Parecer

7.2.1 Emitir Parecer

Em posse do Relatório, o (a) gestor(a) da Diretoria de Controle Interno analisa a conformidade das informações ali contidas. Havendo alguma inconsistência ou dúvida, é realizado contato direto com a assessoria da Secretaria Administrativa para explicações ou ajustes necessários.

Após análise, o(a) gestor(a) da Diretoria de Controle Interno elabora o Parecer (Manifestação), certificando que as informações apresentadas têm nível adequado de confiabilidade e evidenciam, nos seus aspectos mais relevantes, a situação patrimonial do TCE, opinando pela regularidade das contas anuais do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

7.3 Encaminhamento do Parecer

7.3.1 Encaminhar Parecer

Em seguida é elaborado o Memorando para encaminhamento à Secretaria Administrativa para demais providências em cumprimento ao inciso IX do art. 15 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, colocando em anexo o Parecer do Controle Interno - CI.

7.4 Indicadores de verificação

Não se aplica.

7.5 Indicadores de controle

Não se aplica.

8 Controle de Registros

Nome do Registro / Código	Armazenamento e Preservação	Distribuição e Acesso*	Recuperação**	Retenção e Disposição
Relatório Anual de Contas	E-mail institucional	Acesso controlado por senha institucional	Backup	Retenção por tempo indeterminado
Parecer	Sistema Informatizado (SINI – e-TCE)	Acesso controlado por senha institucional	Backup	Retenção por tempo indeterminado
Memorando – Parecer (em anexo)	Sistema Informatizado (TCE - DOCS)	Acesso controlado por senha institucional	Backup	Retenção por tempo indeterminado

*A distribuição e o acesso a sistemas eletrônicos do TCE-GO são regidos pelas diretrizes e normas concernentes ao Sistema de Gestão da Segurança da Informação.

**A recuperação de informações eletrônicas custodiadas pelo TCE-GO é regida pelas diretrizes e normas concernentes ao Sistema de Gestão da Segurança da Informação.

9 Anexos

Não se aplica.

10 Elaboração, Revisão e Aprovação

PO – Emitir Parecer sobre o Relatório Anual de Contas		
Dono do Processo de Trabalho – Diretoria de Controle Interno		
<i>Responsável por</i>	<i>Nome</i>	<i>Função</i>
Elaboração/Revisão/Aprovação	Lana Menezes de Castro	Diretora do Controle Interno
Controle de qualidade	Zaquia Sebba Carrijo	Chefe do Serviço de Gestão da Melhoria Contínua

Datas das Versões do PO		
Primeira versão criada em 12/12/2022	-	Versão atual: n. 000 de 12/12/2022